TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. E A EMPRESA MT ASSESSORIA E CONSULTORIA OCUPACIONAL LTDA

Por este instrumento particular, de um lado, o BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A., instituição financeira, com sede em Belém do Pará, na Avenida Presidente Vargas, n.º 251, Bairro Comércio, CEP. 66.010-000, Belém-PA, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ n.º 04.913.711/0001-08, neste ato representada legalmente por dois de seus Diretores infra-assinados, doravante denominado BANPARÁ e, de outro lado **MT ASSESSORIA E CONSULTORIA OCUPACIONAL LTDA**, estabelecida à Rua Dragão do Mar, S/N, Canoa Quebrada – Aracati CE – CEP: 62800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 48.832.241/0001-23, por seus representantes, infra-assinados, doravante designada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente contrato mediante as cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO, A FIM DE ELABORAR E EMITIR O PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS - PGR (PORTARIA SEPRT N.º 6.730/2020 – NR 01) E A ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO - AET (ERGONOMIA - PORTARIA MTP N.º 423/2021 – NR17) EM CONFORMIDADE COM A NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL (NHOS) DA FUNDACENTRO E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES, conforme especificações, exigências e condições estabelecidas no edital e seus Anexos.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

1.2. O presente contrato decorre do processo nº **0054/2023**, realizado pelo edital da licitação do **PE nº 015/2023.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ADENDOS

2.1 Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes adendos:

Adendo 1 – Edital / Anexos / Termo de Referência
Adendo 2 – Proposta de Preços
Adendo 3 - Declaração de Conformidade ao art.38 da Lei nº 13.303/2016.
Adendo 4 – Termo de Política Anticorrupção
Adendo 5 - Termo de Responsabilidade com as Recomendações do Código de Ética e de Conduta do Banpará

2.2 Este contrato e seus adendos são considerados como um único termo e suas regras deverão ser interpretados de forma harmônica. Em caso de divergência insuperável entre as regras deste contrato e os seus adendos, prevalecerão as regras deste contrato e, na sequência, na ordem dos adendos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS

3.1 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, na forma do art. 80 do RLC do BANPARÁ.

3.2 Os prazos previstos neste contrato, de execução e vigência, poderão ser prorrogados, durante a vigência contratual, com a aquiescência da CONTRATADA, por meio de termo aditivo.

4 CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 Como contrapartida à execução do objeto do presente contrato, o BANPARÁ deve pagar à CONTRATADA o valor total de R$129.150,00 (cento e vinte e nove mil, cento e cinquenta reais), conforme o valor da tabela abaixo e nas condições estabelecidas no **Termo de Referência** (**ANEXO I** do Edital e Adendo 1 deste contrato):

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

Polo I – Belém e Região da Ilhas I e II						
Polo I – Belém e Região da Ilhas I						
CNPJ	**Quant.**	**Unidades estimadas para elaboração do PGR e AET**	**Quant. Func.**	**Valor (R$)**		
				PGR por unidade	**AET por unidade**	**Total por unidade**
04.913.711/0006-12	1	Ag. Abaetetuba	17	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0075-44	2	Ag. Acará	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0020-70	3	Ag. Ananindeua Castanheira	28	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	4	Pa. Fórum Ananindeua	2	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	5	Pa. SETRAN	2	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0053-39	6	Ag. Augusto Monte Negro	15	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	7	Pa. Estação Cidadania Bosque Grão Pará	2	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0145-91	8	Ag. Bagre	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0072-00	9	Ag. Baião	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0011-80	10	Ag. Belém Centro	24	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	11	Pa. Estação Cidadania Shopping Pátio Belém	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0059-24	12	Ag. Benevides	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0044-48	13	Ag. Br. Ananindeua	15	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	14	14 Pa. Estação Cidadania Shopping Metrópole	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0097-50	15	Ag. Bujaru	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0119-08	16	Ag. Cachoeira do Arari	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0070-30	17	Ag. Igarapé Miri	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0052-58	18	Ag. Marituba	11	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Este documento foi visto digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57BF-8F62-5DE4-1F31.

04.913.711/0129-71	19	Ag. Mocajuba	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0055-09	20	Ag. Moju	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0083-54	21	Ag Mosqueiro	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

04.913.711/0001-08	22	Matriz – Ed. Banpará	385	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	23	Matriz - Ed. Senador Lemos	70	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	24	Matriz - Ed. São Brás	90	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	25	Matriz - Ed. Nazaré	190	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	26	Matriz - Complexo Senador Lemos	85	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	27	Matriz - Complexo Municipalidade	220	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	28	Matriz - Depósito Senador Lemos	30	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	29	Matriz - PCT Guamá – Espaço Inovação	8	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0026-66	30	Ag. Palácio	23	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	31	Pa. Palácio da Cabanagem	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	32	Pa. TJE - Almirante Barroso	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	33	Pa. TJE – Fórum Civil	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0090-83	34	Ag. Ponta de Pedras	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0049-52	35	Ag. Private Banpará	16	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0093-26	36	Ag. Salvaterra	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0057-62	37	Ag. Santa Bárbara do Pará	8	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0157-25	38	Ag. Santa Cruz do Arari	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0087-88	39	Ag. Soure	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0054-10	40	Ag. Tailândia	8	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

	41	Ag. Telégrafo	22	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Este documento foi visado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 67DF-8F62-5DE4-1F31

04.913.711/0014-22	42	Pa. Hospital de Clínicas Gaspar Viana	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	43	Pa. SEDUC	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
Polo I – Belém Região da Ilhas II						
CNPJ	**Quant.**	**Unidades estimadas para elaboração do PGR e AET**	**Quant. Func.**	**Valor (R$)**		
				PGR por unidade	**AET por unidade**	**Total por unidade**
04.913.711/0091-64	1	Ag. Afuá	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0074-63	2	Ag. Anajás	8	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0022-32	3	Ag. Barcarena	14	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0056-81	4	Ag. Barcarena Centro	10	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0019-37	5	Ag. Breves	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0030-42	6	Ag. Cametá	12	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	7	Ag. Chaves	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0045-29	8	Ag. Cidade Nova	18	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0114-95	9	Ag. Curralinho	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0021-51	10	Ag. Estrada Nova	16	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	11	Pa. CENTUR	4	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0164-54	12	Ag. Gurupá	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0027-47	13	Ag. Icoaraci	18	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	14	Pa. Comando Geral da Polícia Militar	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	15	Pa. Estação Cidadania – Icoaraci	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0089-40	16	Ag. Limoeiro Do Ajuru	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0113-04	17	Ag. Melgaço	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Este documento foi visitado digitalmente por MARIA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F3F.

04.913.711/0078-97	18	Ag. Muaná	8	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0024-02	19	Ag. Nazaré	27	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	20	Pa. Câmara Municipal de Belém	4	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	21	Pa. Polícia Civil	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	22	Pa. Casa Civil	2	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0124-67	23	Ag. Oeiras do Pará	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0047-90	24	Ag. Pedreira	16	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	25	Ag. Portel	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0156-44	26	Ag. São Sebastião Da Boa Vista	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0025-85	27	Ag. São Brás	25	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	28	Pa. Ceasa	2	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	29	Pa. COSANPA	2	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	30	Pa. JUCEPA	4	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	31	Pa. Ophir Loyola	4	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	32	Pa. Estação Cidadania Guamá	2	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	33	Pa. UEPA	2	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

04.913.711/0080-01	11	Ag. Marapanim	8	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0160-20	12	Ag. Mãe do Rio	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Este documento foi visado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-0F62-5DE4-4F31.

04.913.711/0005-31	13	Ag. Paragominas	13	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0037-19	14	Ag. Santa Izabel do Pará	11	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0065-72	15	Ag. Santa Maria do Pará	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0111-42	16	Ag. Santo Antônio do Tauá	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0081-92	17	Ag. São Caetano de Odivelas	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0159-97	18	Ag. São Domingos do Capim	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0071-10	19	Ag. São Miguel do Guamá	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0153-00	20	Ag. Terra Alta	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0066-53	21	Ag. Tomé-Açú - Quatro Boca	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0136-09	22	Ag. Ulianópolis	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0039-80	23	Ag. Vigia	10	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Polo II – Castanhal II

CNPJ	Quant.	Unidades estimadas para elaboração do PGR e AET	Quant. Func.	Valor (R$)		
				PGR por unidade	AET por unidade	Total por unidade
04.913.711/0115-76	1	Ag. Augusto Corrêa	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0067-34	2	Ag. Bonito	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0018-56	3	Ag. Bragança	13	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0133-58	4	Ag. Cachoeira do Piriá	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0032-04	5	Ag. Capanema	14	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0007-01	6	Ag. Capitão Poço	11	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0104-13	7	Ag. Garrafão do Norte	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0082-73	8	Ag. Igarapé-Açu	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0140-87	9	Ag. Magalhães Barata	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Este documento foi visado digitalmente por MARIA GRAVIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 67DF-8F62-5DE4-1F31.

04.913.711/0009-65	10	Ag. Maracanã	10	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	11	Ag. Nova Esperança do Piriá	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0143-20	12	Ag. Nova Timboteua	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0148-34	13	Ag. Ourém	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0162-92	14	Ag. Peixe Boi	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0110-61	15	Ag. Primavera	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0151-30	16	Ag. Quatipuru	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0095-98	17	Ag. Salinópolis	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0062-20	18	Ag. Santa Luzia do Pará	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0150-59	19	Ag. Santarém Novo	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0155-63	20	Ag. São Francisco do Pará	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0166-16	21	Ag. São João da Ponta	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0094-07	22	Ag. São João de Pirabas	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0120-33	23	Ag. Tracuateua	8	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0036-38	24	Ag. Viseu	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
Valor Total PGR e AET - Polo II - Castanhal I e II				**R$ 14.805,00**	**R$ 14.805,00**	**R$ 29.610,00**

Polo III – Marabá I e II						
Polo III – Marabá I						
CNPJ	**Quant.**	**Unidades estimadas para elaboração do PGR e AET**	**Quant. Func.**	**Valor (R$)**		
				PGR por unidade	**AET por unidade**	**Total por unidade**
04.913.711/0105-02	1	Ag. Abel Figueiredo	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0107-66	2	Ag. Anapú	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Este documento foi visado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

04.913.711/0060-68	3	Ag. Bom Jesus Do Tocantins	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0108-47	4	Ag. Brejo Grande do Araguaia	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0073-82	5	Ag. Breu Branco	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0041-03	6	Ag. Dom Eliseu	11	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	7	Pa. Itinga	4	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0096-79	8	Ag. Goianésia do Pará	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0035-57	9	Ag. Itupiranga	10	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0064-91	10	Ag. Jacundá	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0013-41	11	Ag. Marabá	21	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	12	Pa. Estação Cidadania Pátio Marabá	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0051-77	13	Ag. Marabá Cidade Nova	11	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0123-86	14	Ag. Marabá São Félix	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0141-68	15	Ag. Nova Ipixuna	4	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0163-73	16	Ag. Novo Repartimento	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0134-39	17	Ag. Pacajá	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0130-05	18	Ag. Palestina do Pará	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0135-10	19	Ag. Piçarra	4	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0031-23	20	Ag. Rondon do Pará	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0149-15	21	Ag. São Domingos do Araguaia	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0152-10	22	Ag. São João do Araguaia	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0076-25	23	Ag. São Geraldo do Araguaia	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0016-94	24	Ag. Tucuruí	16	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Este documento foi visitado digitalmente por MARIA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

Polo III – Marabá II						
CNPJ	**Quant.**	**Unidades estimadas para elaboração do PGR e AET**	**Quant. Func.**	**Valor (R$)**		
				PGR por unidade	**AET por unidade**	**Total por unidade**
04.913.711/0106-85	1	Ag. Água Azul do Norte	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0137-81	2	Ag. Bannach	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0048-71	3	Ag. Canaã dos Carajás	10	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0142-49	4	Ag. Casa de Tábua	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0008-84	5	Ag. Conceição do Araguaia	13	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0127-00	6	Ag. Cumaru do Norte	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0116-57	7	Ag. Curionópolis	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0092-45	8	Ag. Eldorado dos Carajás	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0103-32	9	Ag. Floresta do Araguaia	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0086-05	10	Ag. Ourilândia do Norte	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0043-67	11	Ag. Parauapebas	13	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	12	Pa. Estação Cidadania Shopping Karajás	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0128-90	13	Ag. Pau D'arco	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0028-28	14	Ag. Redenção	14	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0061-49	15	Ag. Rio Maria	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0079-78	16	Ag. Santana do Araguaia	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0121-14	17	Ag. São Felix do Xingu	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0112-23	18	Ag. Sapucaia	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0058-43	19	Ag. Tucumã	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Este documento foi visitado digitalmente por MARIA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

04.913.711/0040-14	20	Ag. Xinguara	11	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
Valor Total PGR e AET - Polo III - Marabá I e II				**R$ 13.860,00**	**R$ 13.860,00**	**R$ 27.720,00**

Polo IV – Santarém						
CNPJ	**Quant.**	**Unidades estimadas para elaboração do PGR e AET**	**Quant. Func.**	**Valor (R$)**		
				PGR por unidade	**AET por unidade**	**Total por unidade**
04.913.711/0033-95	1	Ag. Alenquer	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0069-04	2	Ag. Almeirim	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0029-09	3	Ag. Altamira	17	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	4	Ag. Aveiro	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0161-01	5	Ag. Belterra	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0144-00	6	Ag. Brasil Novo	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0109-28	7	Ag. Curuá	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0068-15	8	Ag. Faro	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0038-08	9	Ag. Itaituba	10	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0088-69	10	Ag. Itaituba Cidade Alta	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0131-96	11	Ag. Jacareacanga	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0046-00	12	Ag. Juruti	10	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0084-35	13	Ag. Medicilândia	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0077-06	14	Ag. Mojuí dos Campos	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0099-11	15	Ag. Monte Alegre	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0085-16	16	Ag. Novo Progresso	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0012-60	17	Ag. Óbidos	11	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00

Este documento foi visado digitalmente por MARA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F82-5DE4-1F31.

04.913.711/0042-86	18	Ag. Oriximiná	9	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	19	Ag. Placas	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0126-29	20	Ag. Porto de Moz	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0138-62	21	Ag. Prainha	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0132-77	22	Ag. Rurópolis	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0003-70	23	Ag. Santarém	22	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	24	Pa. Alter do Chão	4	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	25	Pa. Ciretran	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	26	Pa. Estação Cidadania Santarém	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	27	Pa. Fórum de Santarém	2	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	28	Pa. Prefeitura de Santarém	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
	29	Pa. SEFA Santarém	3	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0125-48	30	Ag. Senador José Porfírio	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0050-96	31	Ag. Tapajós	11	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0117-38	32	Ag. Terra Santa	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0122-03	33	Ag. Trairão	5	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0158-06	34	Ag. Uruará	7	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
04.913.711/0102-51	35	Ag. Vitória do Xingu	6	R$ 315,00	R$ 315,00	R$ 630,00
Valor Total PGR e AET - Polo IV - Santarém				**R$ 11.025,00**	**R$ 11.025,00**	**R$ 22.050,00**

TOTAL GLOBAL **R$ 129.150,00**

4.1.1 O valor contratado inclui todos os impostos e taxas vigentes na Legislação Brasileira para a execução do objeto desta contratação, e, também, todos os custos diretos e indiretos inerentes, tais como os a seguir indicados, porém sem

Este documento foi visado digitalmente por MAIRA GA VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

se limitar aos mesmos: despesas com pessoal (inclusive obrigações sociais, viagens e diárias), despesas administrativas, administração, deslocamento, hospedagem, alimentação, lucro e outras despesas necessárias à boa realização do objeto desta contratação, isentando o BANPARÁ de quaisquer ônus adicionais.

5 CLÁUSULA QUINTA – GARANTIA

5.1 Para garantia do fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações ora ajustadas, a CONTRATADA deve, dentro de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, apresentar garantia ao BANPARÁ, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total desta contratação, que deve cobrir o período de execução do contrato e estender-se até 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada em casos de aditivos e apostilas para reajustes.

5.1.1 A CONTRATADA deve prestar garantia numa das seguintes modalidades:

a) Fiança Bancária, acompanhado dos seguintes documentos a seguir listados, para análise e aceitação por parte do BANPARÁ:

i. Estatuto Social e ata de posse da diretoria da Instituição Financeira;

ii. Quando Procuradores, encaminhar as procurações devidamente autenticadas, com poderes específicos para representar a Instituição Financeira;

iii. Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultado dos últimos dois anos, acompanhado das notas explicativas e respectivos pareceres do Conselho de Administração e Auditores Independentes;

iv. Memória de cálculo do Índice de Adequação de Capital (Índice da Basileia) e Índice de Imobilização, comprovando que a instituição financeira está enquadrada no limite estabelecido pelo Banco Central, para comparação e validação com os dados disponíveis no “site” do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br).

b) Caução em dinheiro, valor **depositado** pela CONTRATADA, no Banco ....., Agência ....., Conta Corrente n. ....., em nome do BANPARÁ. A cópia do recibo será entregue ao gestor do contrato.

c) Seguro Garantia feito junto à **entidade** com situação regular no mercado de seguros do Brasil para análise e aceitação por parte do BANPARÁ.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

5.1.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deve assegurar o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento ou do cumprimento irregular do objeto do presente contrato;

b) Prejuízos diretos causados ao BANPARÁ decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) Multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo BANPARÁ à CONTRATADA; e

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

5.2 A inobservância do prazo fixado nesta Cláusula para apresentação da garantia acarreta a aplicação de multa de 0,1% (um centésimo por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, limitada a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

5.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia autoriza o BANPARÁ a:

a) Promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas obrigações; ou

b) Reter o valor da garantia dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA até que a garantia seja apresentada.

5.3 A garantia deve ser considerada extinta:

a) Com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do BANPARÁ, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; ou

b) Após 3 (três) meses do término da vigência do presente contrato.

6 CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deve ser cumprido fielmente pelas partes de acordo com as Cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei n. 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos do BANPARÁ, bem como, de acordo com todas as obrigações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

6.2 A CONTRATADA deverá executar o objeto especificado nos detalhamentos deste instrumento de contrato, cumprindo todas as obrigações e responsabilidades a si indicadas no Termo de Referência (**ANEXO I** do Edital e Adendo 1 deste contrato):

6.2.1 O BANPARÁ deverá acompanhar e assegurar as condições necessárias para a execução do contrato, cumprindo rigorosamente todas as obrigações e responsabilidades a si indicadas no Termo de Referência (**ANEXO I** do Edital e Adendo 1 deste contrato).

6.3 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente ao BANPARÁ ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo BANPARÁ.

6.4 A gestão do presente contrato deve ser realizada pela área técnica do BANPARÁ. A gestão do contrato abrange o encaminhamento de providências, devidamente instruídas e motivadas, identificadas em razão da fiscalização da execução do contrato, suas alterações, aplicação de sanções, rescisão contratual e outras medidas que importem disposição sobre o contrato.

6.5 A fiscalização da execução do presente contrato será realizada por agentes de fiscalização, que devem ser designados pelo gestor do contrato, permitindo-se designar mais de um empregado e atribuir-lhes funções distintas, como a fiscalização administrativa e técnica, consistindo na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, com a alocação dos recursos, pessoal qualificado, técnicas e materiais necessários.

6.6 O gestor do contrato pode suspender a sua execução em casos excepcionais e motivados tecnicamente pelo fiscal técnico do contrato, devendo comunicá-la ao preposto da CONTRATADA, indicando:

a) O prazo da suspensão, que pode ser prorrogado, se as razões que a motivaram não estão sujeitas ao controle ou à vontade do gestor do contrato;

b) Se deve ou não haver desmobilização, total ou parcial, e quais as atividades devem ser mantidas pela CONTRATADA;

c) O montante que deve ser pago à CONTRATADA a título de indenização em relação a eventuais danos já identificados e o procedimento e metodologia para apurar valor de indenização de novos danos que podem ser gerados à CONTRATADA.

6.7 O CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, solicitar a apresentação, pela CONTRATADA, os documentos pertinentes à sua regularidade jurídico-fiscal, para fins de comprovar a manutenção das condições de habilitação durante a execução do Contrato.

6.7.1 Verificada eventual situação de descumprimento das condições de habilitação, o CONTRATANTE pode conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações ou sua condição de habilitação, conforme disposto

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

no Art. 95, itens 5 e 6 do Regulamento, quando não identificar má fé ou incapacidade da CONTRATADA corrigir tal situação.

6.7.2 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, podem ensejar rescisão contratual sem prejuízo das demais sanções.

6.8 Constatada qualquer irregularidade na licitação ou na execução contratual, o gestor do contrato deve, se possível, saneá-la, evitando-se a suspensão da execução do contrato ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual.

6.8.1 Na hipótese prevista neste subitem, a CONTRATADA deve submeter ao BANPARÁ, por escrito, todas as medidas que lhe parecerem oportunas, com vistas a reduzir ou eliminar as dificuldades encontradas, bem como os custos envolvidos. O BANPARÁ compromete-se a manifestar-se, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, quanto à sua aprovação, recusa ou às disposições por ela aceitas, com seus custos correlatos.

6.9 As partes CONTRATANTES não são responsáveis pela inexecução, execução tardia ou parcial de suas obrigações, quando a falta resultar, comprovadamente, de fato necessário decorrente de caso fortuito ou força maior, cujo efeito não era possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade deve produzir efeitos nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

6.10 No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, deve informar expressa e formalmente esse fato à outra parte, no máximo até 10 (dez) dias consecutivos contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

6.10.1 A comunicação de que trata este subitem deve conter a caracterização do evento e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

6.10.2 O prazo para execução das obrigações das partes, nos termos desta Cláusula, deve ser acrescido de tantos dias quanto durarem as consequências impeditivas da execução das respectivas obrigações da parte afetada pelo evento.

6.11 A não utilização pelas partes de quaisquer dos direitos assegurados neste contrato, ou na Lei em geral, ou no Regulamento, ou a não aplicação de quaisquer sanções, não invalida o restante do contrato, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

Este documento foi visto digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

6.12 Qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entre as partes contratantes, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisão sancionatória ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente nos seguintes e-mails:

E-mail BANPARÁ – GESAT@banparanet.com.br
E-mail CONTRATADA - mtmedicina@scgrupo.org

6.12.1 As partes são obrigadas a verificar os e-mails referidos neste subitem a cada 24 (vinte e quatro) horas e, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar à outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.12.2 Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 2 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail.

6.12.3 As partes estão obrigadas a comunicarem uma a outra, com 5 (cinco) dias de antecedência, qualquer alteração nos respectivos e-mails. No caso de falha ou problema técnico, as partes devem comunicar, uma a outra, em até 5 (cinco) dias.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – RECEBIMENTO

7.1 O BANPARÁ, por meio do agente de fiscalização técnica, deve HOMOLOGAR os produtos entregues e os serviços executados conforme as regras estabelecidas no Termo de Referência, Adendo 1 deste contrato.

8 CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos serão efetuados conforme as regras estabelecidas no Termo de Referência, Adendo 1 deste contrato.

8.2 O pagamento será condicionado ao recebimento dos serviços por etapas e nos percentuais, conforme Termo de Referência (Adendo 1 deste contrato), e somente após validação do responsável do BANPARÁ pelo projeto. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA à unidade de gestão de contrato do BANPARÁ, que deve conter o detalhamento da etapa executada, com especificações dos serviços efetuados, o número do contrato, a agência bancária e conta corrente na qual deve ser depositado o respectivo pagamento.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

8.3 As faturas que apresentarem erros ou cuja documentação suporte esteja em desacordo com o contratualmente exigido devem ser devolvidas à CONTRATADA pela unidade de gestão de contrato do BANPARÁ para a correção ou substituição. O BANPARÁ, por meio da unidade de gestão de contrato, deve efetuar a devida comunicação à CONTRATADA dentro do prazo fixado para o pagamento. Depois de apresentada a Nota Fiscal/Fatura, com as devidas correções, o prazo previsto no subitem acima deve começar a correr novamente do seu início, sem que nenhuma atualização ou encargo possa ser imputada ao BANPARÁ.

8.4 A devolução da Nota/Fatura não servirá de pretexto ao descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.

8.5 É permitido ao BANPARÁ descontar dos créditos da CONTRATADA qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa.

8.6 Todo e qualquer prejuízo ou responsabilidade, inclusive perante o Judiciário e órgãos administrativos, atribuídos ao CONTRATANTE, oriundos de problemas na execução do contrato por ato da CONTRATADA, serão repassados a esta e deduzidos do pagamento realizado pelo Banco, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

8.7 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo BANPARÁ, incidirá sobre os valores em atraso juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, calculados de forma simples sobre o valor em atraso e devidos a partir do dia seguinte ao do vencimento até a data da efetiva liquidação do débito.

9 CLÁUSULA NONA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

9.1 Fica, desde já, entendido que os profissionais que prestam serviços para a CONTRATADA não possuem qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

9.1.1 A CONTRATADA obriga-se a realizar suas atividades utilizando profissionais regularmente contratados e habilitados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na previdenciária, trabalhista, tributária e cível.

9.1.2 A CONTRATADA obriga-se a reembolsar ao CONTRATANTE todas as despesas decorrentes de:

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

a) Reconhecimento judicial de titularidade de vínculo empregatício de prepostos seus com o **CONTRATANTE**, ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico;

b) Reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiariedade do **CONTRATANTE** ou qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico no cumprimento das obrigações previdenciárias da **CONTRATADA**.

9.1.3 O CONTRATANTE não assumirá responsabilidade alguma pelo pagamento de impostos e encargos que competirem à CONTRATADA, nem se obrigará a restituir-lhe valores, principais ou acessórios, que esta, porventura, despender com pagamentos desta natureza.

10 CLÁUSULA DEZ – ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

10.1 A alteração incidente sobre o objeto do contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição do objeto do contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato.

10.1.1 A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

a) A aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre os mesmos;

b) Deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pelo BANPARÁ, salvo se o fiscal técnico do contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;

10.1.2 A alteração qualitativa não se sujeita aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

a) Os encargos decorrentes da continuidade do contrato devem ser inferiores aos da rescisão contratual e aos da realização de um novo procedimento licitatório;

b) As consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, devem importar prejuízo relevante ao interesse coletivo a ser atendido pela obra ou pelo serviço;

c) As mudanças devem ser necessárias ao alcance do objetivo original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

d) A capacidade técnica e econômico-financeira da CONTRATADA deve ser compatível com a qualidade e a dimensão do objeto contratual aditado;

e) A motivação da mudança contratual deve ter decorrido de fatores supervenientes não previstos e que não configurem burla ao processo licitatório;

f) A alteração não deve ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza ou propósito diverso.

10.2 As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

a) Instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo do BANPARÁ, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;

b) As justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do contrato do BANPARÁ; e

c) Submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira do BANPARÁ;

10.3 As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico do BANPARÁ.

10.4 Não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo:

a) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;

b) As atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

c) A correção de erro material havido no instrumento de contrato;

d) As alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;

e) As alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados.

11 CLÁUSULA ONZE – EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

11.1 O equilíbrio econômico-financeiro do contrato deve ocorrer por meio de:

a) Reajuste: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato diante de variação de preços e custos que sejam normais e previsíveis,

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

relacionadas com o fluxo normal da economia e com o processo inflacionário, devido ao completar 1 (um) ano a contar da data da proposta;

b) Revisão: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato diante de variação de preços e custos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, e desde que se configure álea econômica extraordinária e extracontratual, sem a necessidade de periodicidade mínima.

11.2 Os valores contratados serão reajustados anualmente, a contar da data de apresentação da proposta, no prazo da lei, segundo a variação acumulada do INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro, na falta deste, que estiver estabelecido na legislação à época de cada reajuste.

11.3 A revisão deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de comprovação:

a) Dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;

b) Da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e

c) De demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do contrato.

11.3.1 Caso, a qualquer tempo, a CONTRATADA seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do contrato, as vantagens auferidas serão transferidas ao BANPARÁ, reduzindo-se o preço.

11.3.2 Caso, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da CONTRATADA, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, o BANPARÁ absorverá os ônus adicionais, reembolsando a CONTRATADA dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da CONTRATADA.

11.4 Os pedidos de revisão serão decididos em decisão fundamentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da formalização do requerimento.

11.4.1 O BANPARÁ poderá realizar diligências junto à CONTRATADA para que esta complemente ou esclareça alguma informação indispensável à apreciação

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

dos pedidos. Nesta hipótese, o prazo estabelecido neste subitem ficará suspenso enquanto pendente a resposta pela CONTRATADA.

11.4.2 A revisão que não for solicitada durante a vigência do contrato considera-se preclusa com a prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

12 CLÁUSULA DOZE – RESCISÃO

12.1 O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato e antecedida de comunicação à outra parte contratante sobre a intenção de rescisão, apontando-se as razões que lhe são determinantes, dando-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para eventual manifestação.

12.2 A parte que pretende a rescisão deve avaliar e responder motivadamente a manifestação referida no subitem precedente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comunicando a outra parte, na forma prevista neste contrato, considerando-se o contrato rescindido com a referida comunicação.

12.3 Aplica-se a teoria do adimplemento substancial, devendo as partes contratantes ponderar, no que couber, antes de decisão pela rescisão:

a) Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

b) Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

c) Motivação social e ambiental do empreendimento;

d) Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

e) Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

f) Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

g) Possibilidade de saneamento dos descumprimentos contratuais;

h) Custo total e estágio de execução física e financeira do contrato;

i) Empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação do contrato;

j) Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

k) Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

12.4 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

12.4.1 Na hipótese deste subitem, o BANPARÁ pode conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da CONTRATADA de corrigir a situação.

13 CLÁUSULA TREZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o BANPARÁ poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com o processo administrativo preceituado no artigo 99 do Regulamento, aplicar ao contratado as sanções de advertência ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BANPARÁ por prazo não superior a 2 (dois) anos, que podem ser cumuladas com multa.

13.2 As sanções administrativas devem ser aplicadas diante dos seguintes comportamentos da CONTRATADA:

a) Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;

b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

d) Prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

e) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

f) Comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal.

13.3 A sanção de suspensão, referida no inciso III do artigo 83 da Lei n. 13.303/2016, deve observar os seguintes parâmetros:

a) Se não se caracterizar má-fé, a pena base deve ser de 6 (seis) meses;

b) Caracterizada a má-fé ou intenção desonesta, a pena base deve ser de 1 (um) ano e a pena mínima deve ser de 6 (seis) meses, mesmo aplicando as atenuantes previstas.

13.3.1 As penas bases definidas neste subitem devem ser qualificadas nos seguintes casos:

a) Em 1/2 (um meio), se a CONTRATADA for reincidente;

b) Em 1/2 (um meio), se a falta da CONTRATADA tiver produzido prejuízos relevantes para o BANPARÁ.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

13.3.2 As penas bases definidas neste subitem devem ser atenuadas nos seguintes casos:

a) Em 1/4 (um quarto), se a CONTRATADA não for reincidente;

b) Em 1/4 (um quarto), se a falta da CONTRATADA não tiver produzido prejuízos relevantes para o BANPARÁ;

c) em 1/4 (um quarto), se a CONTRATADA tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e

d) em 1/4 (um quarto), se a CONTRATADA comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 42 do Decreto n. 8.420/2015.

13.3.3 Na hipótese deste subitem, se não caracterizada má-fé ou intenção desonesta e se a CONTRATADA contemplar os requisitos para as atenuantes previstos nas alíneas acima, a pena de suspensão deve ser substituída pela de advertência, prevista no inciso I do artigo 83 da Lei n. 13.303/2016.

13.4 A CONTRATADA, para além de hipóteses previstas no presente contrato e no Termo de Referência, estará sujeita à multa:

a) De mora, por atrasos não justificados no prazo de execução de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela do objeto contratual em atraso, por dia de atraso, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

b) Compensatória, pelo descumprimento total do contrato, no montante de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

b.1) se houver inadimplemento parcial do contrato, o percentual de até 5% deve ser apurado em razão da obrigação inadimplida.

13.4.1 Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o contrato pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, do gestor do contrato.

13.4.2 Acaso a multa não cubra os prejuízos causados pela CONTRATADA, o BANPARÁ pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil Brasileiro.

13.4.3 A multa aplicada pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à CONTRATADA em razão do contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro contrato havido entre o BANPARÁ e a CONTRATADA, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

14 CLÁUSULA CATORZE – RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR ATOS LESIVOS AO BANPARÁ

14.1 Com fundamento no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, constituem atos lesivos ao BANPARÁ as seguintes práticas:

a) Fraudar o presente contrato;

b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o contrato;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou neste instrumento contratual;

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato;

e) Realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 8.420/2015, Lei n. 14.133/2021, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas no presente contrato.

14.2 A prática, pela CONTRATADA, de atos lesivos ao BANPARÁ, a sujeitará, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

a) Multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;

b) Publicação extraordinária da decisão condenatória.

14.2.1 Na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea “a” deste subitem, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

14.2.2 As sanções descritas neste subitem serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

14.2.3 A publicação extraordinária será feita às expensas da empresa sancionada e será veiculada na forma de extrato de sentença nos seguintes meios:

a) Em jornal de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do Contratado ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

b) Em edital afixado no estabelecimento ou no local de exercício da atividade do Contratado, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

c) No sítio eletrônico do Contratado, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

14.2.4 A aplicação das sanções previstas neste subitem não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

14.3 A prática de atos lesivos ao BANPARÁ será apurada e apenada em Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), instaurado pelo Diretor Presidente do BANPARÁ e conduzido por comissão composta por 2 (dois) servidores designados.

14.3.1 Na apuração do ato lesivo e na dosimetria da sanção eventualmente aplicada, o BANPARÁ deve levar em consideração os critérios estabelecidos no artigo 7º e seus incisos da Lei n. 12.846/2013.

14.3.2 Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei n. 8.666/1993, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no PAR.

14.3.3 A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial do Estado do Pará.

14.3.4 O processamento do PAR não interferirá na instauração e seguimento de processo administrativo específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao BANPARÁ resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

14.3.5 O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei n. 12.846/2013 e no Decreto n. 8.420/ 2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o artigo 21 do Decreto no. 8.420/2015.

14.4 A responsabilidade da pessoa jurídica na esfera administrativa não afasta ou prejudica a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

14.5 As disposições deste subitem se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

14.6 Não obstante o disposto nesta Cláusula, a CONTRATADA está sujeita a quaisquer outras responsabilizações de natureza cível, administrativa e, ou criminal, previstas neste contrato e, ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

Este documento foi visto digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

15 CLÁUSULA QUINZE – PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

15.1 Quaisquer informações relativas ao presente contrato, somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, do BANPARÁ. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, ao BANPARÁ, informando todos os pormenores da intenção da CONTRATADA, reservando-se, ao BANPARÁ, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

16 CLÁUSULA DEZESSEIS – POLÍTICA DE RELACIONAMENTO E ANTICORRUPÇÃO

16.1 As PARTES se obrigam, sob as penas previstas no CONTRATO e na legislação aplicável, a analisar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, abrangendo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção e a legislação brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

16.2 As PARTES afirmam e garantem que não estão envolvidas ou irão se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção e de prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

16.3 As PARTES afirmam e garantem que não se encontram, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental; e (iv) sujeita às restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental.

16.4 A CONTRATADA afirma que, direta ou indiretamente, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do Contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a CONTRATANTE e/ou seus negócios.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

16.5 A CONTRATADA afirma que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo.

16.6 A CONTRATADA se obriga a notificar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nestas Cláusulas.

16.7 A CONTRATADA afirma e garante que (i) os atuais representantes da CONTRATADA não são funcionários públicos ou empregados do governo; e que (ii) informará por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis, qualquer nomeação de seus representantes como funcionários públicos ou empregados do governo. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, rescindir o CONTRATO, caso a CONTRATADA realize referida nomeação nos termos do item “ii” acima, sendo que, neste caso, não serão aplicáveis quaisquer multas ou penalidades à CONTRATANTE pela rescisão do CONTRATO, devendo a CONTRATADA responder por eventuais perdas e danos.

16.8 A CONTRATADA declara que tem conhecimento de que a CONTRATANTE possui políticas e procedimentos internos que têm como objetivo garantir o cumprimento dos compromissos legais e éticos assumidos, dentre os quais está incluído o Código de Conduta Ética e Conduta, disponível em https://www.banpara.b.br/banpara/regulamentos/.

16.9 A CONTRATADA, em consonância com cláusula anterior, declara que atuará conforme os padrões e princípios deste Código, ciente de que o desrespeito às suas disposições pode acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais cabíveis.

16.10 Qualquer descumprimento das disposições de Anticorrupção, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste Contrato, bem como facultará à parte faltosa o ressarcimento, perante a parte inocente, de todo e qualquer dano suportado em função do referido descumprimento.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

17 CLÁSULA DEZESSETE – DA OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA INSTITUCIONAL DO BANPARÁ

17.1 Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Adendo 6 – Matriz de Riscos, que integra este instrumento contratual, o CONTRATADO deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar ao CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

e) Outras informações relevantes.

17.2. Após a notificação, o CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais aos CONTRATADOS. Em sua decisão o CONTRATANTE poderá isentar temporariamente os CONTRATADOS do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

17.3. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

17.4. O reconhecimento pelo CONTRATANTE dos eventos descritos no Adendo 6 que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente aos CONTRATADOS, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, devendo o risco ser suportado conforme alocação dos riscos na matriz, constante do Adendo 6.

17.5. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

17.6. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

17.7. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17.8. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro.

17.9. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

17.10. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no Adendo 6 – Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

18 CLÁUSULA DEZOITO – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

18.1. DEFINIÇÕES – O CONTRATANTE, denominado CONTROLADOR DE DADOS e a CONTRATADA, ora OPERADOR DE DADOS, concordam que, para fins de tratamento de dados pessoais, serão utilizadas as definições conforme disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei Nº 13.709/2018, no artigo 5º e seus incisos:

a) Dados pessoais é toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

b) Dados pessoais sensíveis é todo dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

c) Titular de dados é toda pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

d) Controlador é toda pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

e) Operador é toda pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

f) Encarregado é pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

g) Tratamento é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração

18.2. ESCOPO/OBJETO – Esta cláusula de processamento de dados se aplica exclusivamente ao processamento de dados pessoais que está sujeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entre as partes, durante a vigência do contrato para prestação de serviços especializados de Segurança do Trabalho, afim de elaborar e emitir o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR (Portaria SEPRT n.º 6.730/2020 – NR 01) e a Análise Ergonômica do Trabalho - AET (Ergonomia - Portaria MTP n.º 423/2021 – NR17) em conformidade com a Norma de Higiene Ocupacional (NHOs) da Fundacentro e outras legislações pertinentes

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

18.3. Os dados pessoais serão tratados para as finalidades listadas nesta cláusula e se limitam a: matrícula, nome, situação (férias, ativos, etc), cargo, admissão, função e tipo (titular, substituto, trainee).

18.4. RESPONSABILIDADES – O CONTROLADOR DE DADOS irá determinar o escopo, o propósito e a maneira pela qual os dados pessoais podem ser tratados pelo OPERADOR e este processará os dados pessoais apenas conforme o estabelecido nas instruções escritas pelo CONTROLADOR DE DADOS.

18.4.1. O OPERADOR DE DADOS processará os dados pessoais somente na medida em que seja apropriado para a prestação dos serviços, exceto quando necessário para cumprir uma obrigação legal. Nesse caso, o OPERADOR deverá informar ao CONTROLADOR dessa obrigação legal antes de realizar o processamento, a menos que essa obrigação legal proíba o fornecimento de tais informações ao CONTROLADOR.

18.4.2. O OPERADOR DE DADOS nunca deverá processar os dados pessoais de maneira inconsistente com as instruções documentadas pelo CONTROLADOR.

18.4.3. O OPERADOR DE DADOS deverá informar imediatamente ao CONTROLADOR se verificar ou houver suspeita de que uma instrução infrinja a Lei Geral de Proteção de Dados ou outras disposições de proteção de dados do país ou regulamentos/tratados internacionais.

18.4.4. O OPERADOR DE DADOS deverá comprovar ao CONTROLADOR sua adequação às normas da LGPD, apresentando fisicamente ou através de seus canais, quando solicitado, evidências desta adequação, tais como: sua Política de Privacidade, sua Política de Gerenciamento de Registros, sua Política de Segurança da Informação, seu Plano de Continuidade de Negócios, ou quaisquer outros documentos capazes de demonstrar o devido compliance à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

18.4.5. Caso o OPERADOR DE DADOS venha a executar tratamento diferente daquele definido pelo CONTROLADOR DE DADOS, de maneira a decidir a finalidade e os meios de tratamento, será alçado à condição de CONTROLADOR e terá as mesmas responsabilidades.

18.5. CONFIDENCIALIDADE – Sem prejuízo de quaisquer acordos contratuais existentes entre as Partes, o OPERADOR DE DADOS tratará todos os dados pessoais como estritamente confidenciais e informará todos os seus funcionários, agentes e/ou suboperadores aprovados [se permitido] envolvidos no processamento de dados pessoais de natureza confidencial.

18.5.1. O OPERADOR deverá garantir que todas essas pessoas ou partes tenham assinado um contrato de confidencialidade apropriado e estejam de outra forma vinculadas a um dever de confidencialidade ou estejam sob uma obrigação estatutária apropriada de confidencialidade. A qualquer momento o CONTROLADOR poderá solicitar a prestação de contas sobre tal ato.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

18.5.2. O OPERADOR deverá garantir que as informações confidenciais deverão ser utilizadas apenas para os propósitos deste Contrato, e que serão divulgadas apenas para seus Diretores, Sócios, Administradores, Empregados, Prestadores de Serviço, Preposto ou quaisquer representantes, respeitando o princípio do privilégio mínimo, com a devida classificação de informação, conforme disposto na ISO/IEC 27002:2005 (ABNT NBR).

18.5.3. O OPERADOR não poderá divulgar, publicar ou de qualquer forma revelar qualquer informação CONFIDENCIAL, RESTRITA, SENSÍVEL ou INTERNA recebida através do CONTROLADOR para qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, sem a prévia autorização escrita do CONTROLADOR.

18.5.4. Quaisquer informações relativas ao presente contrato de TRATAMENTO DE DADOS somente poderão ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, mediante requisição por escrito a ser encaminhada para avaliação do CONTROLADOR, informando todas as minúcias da intenção do OPERADOR, reservando-se ao CONTROLADOR o direito de deferir ou não o pedido, no todo ou em parte.

18.5.5. O CONTROLADOR poderá solicitar ao OPERADOR, ao fim do contrato o retorno de todas as INFORMAÇÕES SIGILOSAS recebidas pelo OPERADOR de forma escrita ou tangível, incluindo cópias, reproduções ou outra mídia contendo tais informações, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias a contar da formalização do pedido.

18.5.6. O OPERADOR deverá dar ciência das referidas cláusula a todos os seus sócios, empregados, prestadores de serviço, prepostos ou quaisquer representantes que participarão do tratamento de dados descritos no contrato e que venham a ter acesso a quaisquer dados e informações CONFIDENCIAIS, RESTRITAS, SENSÍVEIS ou INTERNA do CONTROLADOR para que cumpram as obrigações constantes neste documento e que será responsável solidariamente por eventuais descumprimentos das cláusulas descritas neste instrumento contratual.

18.6. SEGURANÇA – Levando em consideração o estado da arte, os custos de implementação e a natureza, escopo, contexto e finalidades do processamento, bem como o risco de probabilidades e severidade variáveis dos direitos e liberdades das pessoas físicas, sem prejuízo de outras normas de segurança seguidas pelas Partes, o CONTROLADOR e o OPERADOR devem implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir um nível de segurança no processamento de dados pessoais apropriado ao risco. Essas medidas devem procurar garantir que:

a) Os dados podem ser acessados, alterados, divulgados ou excluídos apenas com autorização do CONTROLADOR;

b) Os dados permaneçam precisos e completos em relação à finalidade pela qual estão sendo tratados;

c) Os dados permaneçam acessíveis e utilizáveis, ou seja, se os dados pessoais forem acidentalmente perdidos, alterados ou destruídos, deverá ser garantida a recuperação dos mesmos, evitando qualquer dano às partes envolvidas.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

18.6.1. O OPERADOR deverá realizar testes de penetração e varredura de vulnerabilidades de forma regular. Os testes deverão ter seus resultados documentados e apresentados ao CONTROLADOR. A periodicidade dos testes será definida pelo CONTROLADOR. Caso os testes evidenciem algum tipo de vulnerabilidade, caberá ao OPERADOR implementar as salvaguardas apropriadas e evidenciá-las ao CONTROLADOR.

18.6.2. O OPERADOR deverá apresentar, sempre que solicitado pelo CONTROLADOR, evidências de que o ambiente de realização dos serviços contratados possui o grau de segurança necessário para garantir o sigilo das informações a ela confiadas.

18.6.3. O OPERADOR deverá comprovar controles de segurança da informação nas quais estipula melhores práticas, com diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização. Sendo obrigatório os seguintes controles até 60 (sessenta) dias da contratação para validação. Em caso de não validação de alguma documentação apresentada a mesma deve ser corrigida em até 30 (trinta) dias:

a) Política de Segurança da Informação;

b) Organização da Segurança da Informação;

c) Gestão de ativos;

d) Segurança em recursos humanos;

e) Segurança física e do ambiente;

f) Segurança das operações e comunicações;

g) Controle de acesso;

h) Aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas;

i) Gestão de incidentes de segurança da informação;

j) Gestão da continuidade do negócio; e

k) Conformidade.

18.6.4. O OPERADOR deverá encaminhar ao CONTROLADOR um documento com recomendações para gerenciamento de riscos de segurança da informação, assim como de segurança cibernética enfrentados pela organização com, no mínimo, atualização anual.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

18.7. SUBCONTRATAÇÕES – O OPERADOR não deverá subcontratar para nenhuma de suas atividades relacionados ao serviço que consistam, mesmo que parcialmente, no processamento de dados pessoais ou na exigência de que os dados pessoais sejam processados por terceiros sem a autorização prévia por escrito do CONTROLADOR.

18.8. OBRIGAÇÕES EM CASO DE INCIDENTE – Quando o OPERADOR tomar conhecimento de um incidente que afeta o processamento dos dados pessoais que está sujeito ao Contrato de Serviços, deverá notificar imediatamente ao CONTROLADOR sobre o mesmo, sem demora injustificada, devendo sempre cooperar com o CONTROLADOR e seguir as suas instruções em relação a esses incidentes, a fim de permitir que o CONTROLADOR realize uma investigação completa sobre o incidente, formule uma resposta correta e tome as medidas adequadas a respeito do incidente.

18.8.1. O OPERADOR deverá correlacionar riscos/vulnerabilidades mitigados com os incidentes referentes a segurança da informação e cibernética ocorridos no ambiente do CONTROLADOR, encaminhando relatório mensal para controle de possíveis incidentes envolvendo violação e dados pessoais do CONTROLADOR. Ao relatar uma violação, o OPERADOR deverá fornecer ao CONTROLADOR:

a) Uma descrição da natureza da violação de dados pessoais, incluindo, sempre que possível as categorias e o número aproximado de titulares de dados em causa e as categorias e o número aproximado de registros de dados pessoais em questão;

b) O nome e os detalhes de contato do responsável pela proteção de dados ou outro ponto de contato onde mais informações possam ser obtidas;

c) Uma descrição das prováveis consequências da violação de dados pessoais;

d) Uma descrição das medidas adotadas, ou propostas a serem adotadas, para lidar com a violação de dados pessoais, incluindo, se for o caso, as medidas adotadas para mitigar possíveis efeitos adversos.

18.9. DEVOLUÇÃO OU DESCARTE DOS DADOS – Após a rescisão deste contrato ou o cumprimento de todos os propósitos acordados no contexto dos serviços, nos quais nenhum processamento adicional é necessário, o OPERADOR fica ciente de que deverá excluir, destruir ou devolver todos os dados pessoais ao CONTROLADOR, bem como as cópias existentes, devendo fazer prova de tais ações, que não deverão gerar nenhum ônus ao CONTROLADOR.

18.9.1. Os dados deverão ser restituídos pelo OPERADOR juntamente com o dicionário de dados que permita entender a organização do banco de dados, em até 30 (trinta) dias ou em eventual prazo acordado entre as Partes.

18.9.2. O OPERADOR deverá notificar todos os terceiros que apoiam seu próprio processamento dos dados pessoais, da rescisão do Contrato de Tratamento de Dados e deverá garantir que todos esses terceiros destruam os dados pessoais ou devolvam os dados ao CONTROLADOR, no critério definido por este.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

18.9.3. Todos os dados contidos no banco de dados são de propriedade do CONTROLADOR.

18.10. ASSISTÊNCIA AO OUTRO AGENTE – O OPERADOR deverá auxiliar o CONTROLADOR com medidas técnicas e organizacionais apropriadas, na medida do possível, para o cumprimento da obrigação do CONTROLADOR de responder à solicitação de exercício dos direitos dos titulares de dados sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, como solicitações de acesso, solicitações de retificação ou descarte de dados pessoais e objeções ao tratamento.

18.10.1. O OPERADOR deverá auxiliar o CONTROLADOR a garantir o cumprimento das obrigações previstas nas cláusulas de Segurança e nas consultas realizadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, levando em consideração a natureza do processamento e as informações disponíveis para o OPERADOR.

18.10.2. O OPERADOR deverá cumprir com as suas obrigações de manter os dados pessoais seguros, notificar violações de dados pessoais ao CONTROLADOR, realizar avaliações de impacto na proteção de dados pessoais (DPIAs) quando necessário ou solicitado e consultar o CONTROLADOR quando um DPIA indicar que existe um alto risco que não poderá ser mitigado.

18.11. RESPONSABILIDADE E REGRESSO – Fica assegurado ao CONTROLADOR, nos termos da lei, o direito de regresso em face do OPERADOR, diante de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das obrigações aqui assumidas em relação à Proteção de Dados Pessoais.

18.11.1. O OPERADOR deverá notificar imediatamente o CONTROLADOR sobre eventuais reclamações e/ou solicitações que receber dos titulares de dados, decorrentes deste contrato, e sobre ordens e notificações que receber de Autoridades Públicas e Reguladoras competentes, no âmbito do tratamento de dados pessoais que ocorrer em razão deste instrumento contratual.

18.12. AUDITORIAS E DILIGÊNCIAS – O OPERADOR deverá fornecer ao CONTROLADOR todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das medidas técnicas de proteção de dados pessoais.

18.12.1. O OPERADOR deverá permitir e contribuir para auditorias e diligências realizadas pelo CONTROLADOR ou por um auditor nomeado por este. Os métodos usados para monitorar a conformidade e a frequência do monitoramento dependerão das circunstâncias do processamento e serão definidas pelo CONTROLADOR.

18.12.2. O CONTROLADOR deverá avaliar se o OPERADOR possui conhecimento técnico suficiente para auxiliar no cumprimento de obrigações previstas na Lei Geral de Proteção de Dados, como medidas técnicas, notificações de violações e DPIAs.

18.13. PROPRIEDADES DOS DADOS EM GERAL – O presente Contrato não transfere a propriedade dos dados do CONTROLADOR ou dos clientes deste para o OPERADOR. Os dados gerados, obtidos ou coletados a partir da prestação dos serviços ora contratados são de propriedade do CONTROLADOR.

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

18.13.1. O CONTROLADOR é o exclusivo titular dos direitos de propriedade intelectual sobre qualquer novo elemento de dados, produto ou subproduto que seja criado a partir do tratamento de dados estabelecido por este Contrato, quando houver.

18.13.2. O CONTROLADOR não autoriza o OPERADOR a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, produtos ou subprodutos que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados estabelecido por este Contrato.

18.14. PRAZOS E VIGÊNCIA – A rescisão ou expiração deste Contrato não exonera o OPERADOR de suas obrigações de confidencialidade, de acordo com as cláusulas de Confidencialidade.

18.14.1. O OPERADOR deverá processar os dados pessoais até a data de rescisão do contrato, a menos que instruído de outra forma pelo CONTROLADOR, ou até que esses dados sejam retornados ou destruídos por instrução do CONTROLADOR.

18.15. No caso de qualquer tipo de inconsistência entre as disposições desta Cláusula de Tratamento de Dados e as demais Cláusulas deste Contrato, as disposições desta Cláusula de Tratamento de Dados prevalecerão.

19 CLÁUSULA DEZENOVE – DA ASSINATURA DIGITAL

19.1 As PARTES expressamente anuem, autorizam, aceitam e reconhecem que todos os documentos pertinentes ao Contrato, inclusive o próprio instrumento contratual e seus aditivos, todas as páginas de assinatura e eventuais anexos, podem ser assinados digitalmente com as respectivas assinaturas mediante certificados eletrônicos, com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil, e enviados entre as partes por meio eletrônico nos termos do art. 10, º2º da MP nº 2.220-2.

20 CLÁUSULA VINTE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Banpará, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Conta contábil:

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

21 CLÁUSULA VINTE E UM – DO FORO

21.1 Os Contratantes elegem o foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, para a solução de qualquer questão oriunda do presente contrato, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os efeitos legais, por si e seus sucessores.

....., ... de .....de .....

Pelo BANPARÁ:

RUTH PIMENTEL MELLO:18168442253 — Assinado de forma digital por RUTH PIMENTEL MELLO:18168442253

.....

Diretor Presidente

PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO:50849301220 — Assinado de forma digital por PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO:50849301220 Dados: 2024.02.19 14:34:56 -03'00'

.....

Diretor .....

Pela CONTRATADA:

.....

Nome :

CPF.:

Cargo:

THYAGO ADRIANO SANTORO:40362067880 — Assinado de forma digital por THYAGO ADRIANO SANTORO:40362067880 Dados: 2024.02.29 15:17:23 -03'00'

Testemunhas:

1ª.....

Nome:

CPF:

2ª.....

Nome:

CPF:

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

ADENDO 4 AO CONTRATO
TERMO DE COMPROMISSO DE POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

Por este instrumento particular, a CONTRATADA compromete-se a cumprir integralmente as disposições da Políticas de Controles Internos e de Compliance do BANPARÁ, da qual tomou conhecimento neste ato por meio da leitura da cópia que lhe foi disponibilizada.

E, para fiel cumprimento desse compromisso, a CONTRATADA declara e garante que nem ela, diretamente ou por intermédio de qualquer subsidiária ou afiliada, e nenhum de seus diretores, empregados ou qualquer pessoa agindo em seu nome ou benefício, realizou ou realizará qualquer ato que possa consistir em violação às proibições descritas (i) na Lei n. 12.846/2013, doravante denominada "Lei Anticorrupção", (ii) na Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (*United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., conforme alterado), doravante denominada FCPA, (iii) e nas convenções e pactos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, em especial a Convenção da OCDE sobre Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção Interamericana contra a Corrupção – OEA, todas referidas como "Normas Anticorrupção", incluindo pagamento, oferta, promessa ou autorização de pagamento de dinheiro, objeto de valor ou mesmo de valor insignificante mas que seja capaz de influenciar a tomada de decisão, direta ou indiretamente, a:

a) qualquer empregado, oficial de governo ou representante de, ou qualquer pessoa agindo oficialmente para ou em nome de uma entidade de governo, uma de suas subdivisões políticas ou uma de suas jurisdições locais, um órgão, conselho, comissão, tribunal ou agência, seja civil ou militar, de qualquer dos indicados no item anterior, independente de sua constituição, uma associação, organização, empresa ou empreendimento controlado ou de propriedade de um governo, ou um partido político (os itens A a D doravante denominados conjuntamente autoridade governamental);
b) oficial legislativo, administrativo ou judicial, independentemente de se tratar de cargo eletivo ou comissionado;
c) oficial de, ou indivíduo que ocupe um cargo em, um partido político;
d) candidato ou candidata a cargo político;
e) um indivíduo que ocupe qualquer outro cargo oficial, cerimonial, comissionado ou herdado em um governo ou qualquer um de seus órgãos; ou
f) um oficial ou empregado(a) de uma organização supranacional (por exemplo, Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, OCDE) (doravante denominado oficial de governo);
g) ou a qualquer pessoa enquanto se saiba, ou se tenha motivos para crer que qualquer porção de tal troca é feita com o propósito de:
    i. influenciar qualquer ato ou decisão de tal oficial de governo em seu ofício, incluindo deixar de realizar ato oficial, com o propósito de assistir o BANPARÁ ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro;
    ii. assegurar vantagem imprópria;

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

iii. induzir tal oficial de governo a usar de sua influência para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de uma autoridade governamental com o propósito de assistir o BANPARÁ ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro; ou

iv. fornecer um ganho ou benefício pessoal ilícito, seja financeiro ou de outro valor, a tal oficial de governo.

A CONTRATADA, inclusive seus diretores, empregados e todas as pessoas agindo em seu nome ou benefício, com relação a todas as questões afetando o BANPARÁ ou seus negócios, se obrigam a:

a) permanecer em inteira conformidade com as Leis Anticorrupção, e qualquer legislação antissuborno, anticorrupção e de conflito de interesses aplicável, ou qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstendo-se de qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas às Leis Anticorrupção;

b) tomar todas as precauções necessárias visando prevenir ou impedir qualquer incompatibilidade ou conflito com outros serviços ou com interesses do BANPARÁ, o que inclui o dever de comunicar as relações de parentesco existentes entre os colaboradores da CONTRATADA e do BANPARÁ; e

c) observar, no que for aplicável, o Código de Ética e de Condutas Institucionais do BANPARÁ, sobre o qual declara ter pleno conhecimento.

Entendendo que é papel de cada organização fomentar padrões éticos e de transparência em suas relações comerciais, o BANPARÁ incentiva a CONTRATADA, caso ainda não possua, a elaborar e implementar programa de integridade próprio, observando os critérios estabelecidos no Decreto n. 8.420/2015.

Caso a CONTRATADA ou qualquer de seus colaboradores venha a tomar conhecimento de atitudes ilícitas ou suspeitas, especialmente se referentes à violação das Leis Anticorrupção, deve informar prontamente ao BANPARÁ, por meio do Canal de Denúncias .....

Fica esclarecido que, para os fins do contrato, a CONTRATADA é responsável, perante o BANPARÁ e terceiros, pelos atos ou omissões de seus colaboradores.

Por fim, a CONTRATANTE declara estar ciente de que a fiel observância deste instrumento é fundamental para a condução das atividades inerentes ao contrato maneira ética e responsável constituindo falta grave, passível de imposição de penalidade, qualquer infração, no disposto deste instrumento.

.....
(Local e Data)

THYAGO ADRIANO SANTORO:40362067880

Assinado de forma digital por THYAGO ADRIANO SANTORO:40362067880
Dados: 2024.02.29 15:18:51 -03'00'

.....
(Representante legal)

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

ADENDO 5 AO CONTRATO
TERMO DE RESPONSABILIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES DO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA DO BANPARÁ

Eu, _____, representante da empresa **MT ASSESSORIA E CONSULTORIA OCUPACIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 48.832.241/0001-23, declaro:

Declaro:

a) Que recebi, li e compreendi, tendo, assim, conhecimento do inteiro teor do mencionado Código de Ética e de Conduta Institucional do Banpará e concordo com os princípios e orientações nele contidos;

b) Que a empresa Contratada atuará conforme os padrões e princípios deste Código, ciente de que o desrespeito às suas disposições pode acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais cabíveis;

c) Que estou ciente de que o documento se encontra disponível no seguinte endereço: https://www.banpara.b.br/banpara/regulamentos/.

....., ... de .....de .....

THYAGO ADRIANO SANTORO:40362067880
Assinado de forma digital por THYAGO ADRIANO SANTORO:40362067880
Dados: 2024.02.29 15:19:24 -03'00'

.....
(Representante legal)

TESTEMUNHAS:

1ª.....
Nome:
CPF:

2ª.....
Nome:
CPF:

Este documento foi vistado digitalmente por MAIRA G A VIEIRA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código 57DF-8F62-5DE4-1F31.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Banpará. Para verificar as assinaturas clique no link: https://portaldeassinaturas.banpara.b.br/Verificar/57DF-8F62-5DE4-1F31 ou vá até o site https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 57DF-8F62-5DE4-1F31

Hash do Documento

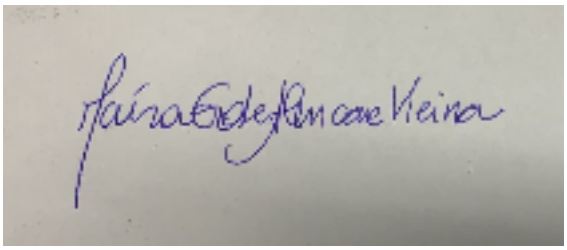
46904EAD44ECBFA4B17238CD75C0F1FAD3C1B67037F0F55F6EA9D3382442A0B2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/01/2024 é(são) :

☑ MAIRA G A VIEIRA - ***.226.282-** em 17/01/2024 15:44 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Wed Jan 17 2024 15:43:58 GMT-0300 (GMT-03:00)
Geolocation Latitude: -1.4450688 Longitude: -48.4868096 Accuracy: 2833.6481516313374
IP 10.0.1.184
Assinatura:



Hash Evidências:

86E3E8E831363CD6628CAD6587CB6F1E1D7B4A6A41F2D3E09CFE5C719400511E